

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.700, DE 2001**

Institui a obrigatoriedade da instalação de fornos crematórios em centros urbanos com população superior a um milhão de habitantes e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Elias Murad

**Relator:** Deputado Saulo Coelho

## **I – RELATÓRIO**

O projeto de lei sob análise obriga a instalação de fornos crematórios em centros urbanos com população superior a um milhão de habitantes e prevê a existência de espaço ajardinado para espargir as cinzas resultantes da incineração. O art. 2º atribui às administrações públicas municipais ou, por concessão, a empresas de serviço funerário, a tarefa de cremação de cadáveres e a incineração de restos mortais. Em municípios pertencentes a regiões metropolitanas, estas atribuições serão das administrações públicas estaduais.

A supervisão e fiscalização da instalação e funcionamento dos fornos e incineradores são tarefas das autoridades sanitárias da União, Estados e Municípios, de forma supletiva e complementar.

O projeto permite a cremação de cadáver se houver manifestação em vida, através de instrumento público ou particular. Neste caso, deve ser assinada por três testemunhas idôneas com firmas reconhecidas.

Proíbe a cremação de cadáver sem prévia autorização ou licença de autoridade competente.

As cinzas serão recolhidas em urnas próprias, espargidas em área destinada a este fim ou entregues ao responsável indicado no instrumento legal de autorização. Além disto, prevê que a urna terá obrigatoriamente um número de classificação e dados relativos à identidade do falecido, inclusive as datas de falecimento e de cremação.

O art. 5º determina que a cremação somente será realizada em casos de morte violenta após autorização de parentes ou representante legal e por autoridade judiciária.

O Autor justifica a relevância do projeto pela premente necessidade de racionalização do uso do solo urbano. Em grandes cidades, os cemitérios ocupam um espaço excessivo e demandam cada vez mais área para sua expansão. A cremação de cadáveres é prática corrente em grandes cidades. Reconhece, no entanto, que as peculiaridades do assunto são de competência legislativa dos municípios. Lembra, ainda, que as normas para instalação, funcionamento e monitoramento dos incineradores devem ser emanadas do Poder Executivo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. Esta proposição será encaminhada a seguir às Comissões de Desenvolvimento Urbano e Interior e Constituição e Justiça e de Redação.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A preocupação do Deputado Elias Murad, o nobre Autor da proposição, com a expansão desordenada das cidades brasileiras é bastante consistente com os dias atuais. O solo urbano precisa ter um aproveitamento racional. E, sobre esta questão em particular, não apenas fornos crematórios, mas cemitérios verticais têm tido sua implantação cogitada.

No entanto, como o próprio Autor salienta, acreditamos que a opção por adotar o sistema de cremação seja assunto para decisão essencialmente local. Não se tem notícia de uma procura significativa pela cremação de cadáveres. Por exemplo, na cidade de São Paulo, são realizadas 18

a 20 cremações diárias, um número pequeno comparado com o de sepultamentos – 250 por dia.

Da mesma forma, a melhor forma de equacionar a questão de ocupar o território é mais sentida localmente. Sendo agudo o problema, certamente as autoridades municipais serão motivadas a resolvê-lo. Não podemos, acredito, obrigar todos os municípios a adotar esta conduta. E, mais: a pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE mostrou que apenas onze municípios – 0,2% deles têm mais de um milhão de habitantes. Não há necessidade de legislar para esta fração tão pequena do país.

Não creio ser legítimo determinar como os municípios devem dispor de seus recursos. Certamente, eles devem cumprir o estabelecido em seus planos, tanto de saúde como de administração urbana, traçados de acordo com as necessidades locais mais prementes.

Do nosso ponto de vista, não vemos nenhum ganho em termos de saúde pública para justificar que se obrigue os municípios a instalarem fornos crematórios. O enterramento tradicional atende aos requisitos sanitários.

Do mesmo modo, a exigência da manifestação da vontade de ser cremado e do procedimento em caso de morte violenta já foram tratados pela Lei dos Registros Públicos, de nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, mencionada na justificação.

Diante destas ponderações, manifestamos nosso voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.700, de 2001.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

Deputado Saulo Coelho  
Relator